

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE**

2017

**DENOMINAÇÃO** ADARSOL – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES  
RELACIONADAS COM A SOLIDARIEDADE

**MORADA** Rua S. Veríssimo

**N. 139 ANDAR LOCALIDADE** Paranhos

**FREGUESIA** Paranhos

**CONCELHO** Porto

**COD. POSTAL** 4200-495

EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Contabilista Certificado)

**A DIRECÇÃO:**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA:** \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_


**ASSINATURAS:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO PRESIDENTE**  
\_\_\_\_\_

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	266,66	0,00
Investimentos financeiros	10.1	1 287,10	922,30
		1 553,76	922,30
<b>Activo corrente</b>			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5	84,06	60,53
Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	10.13	60,00	60,00
Diferimentos	10.3	167,41	159,00
Outros ativos correntes	10.2	2 978,96	2 231,74
Caixa e depósitos bancários	10.4	21 702,57	23 778,46
		24 993,00	26 289,73
<b>Total do ativo</b>		26 546,76	27 212,03
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	10.5	22 834,83	22 834,83
Resultados transitados	10.5	-41 066,89	-43 103,49
		-18 232,06	-20 268,66
Resultado líquido do período		17 805,59	2 036,60
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		-426,47	-18 232,06
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.6	2 001,94	4 231,95
Estado e outros entes públicos	10.7	6 374,72	9 028,65
Outros passivos correntes	10.8	18 596,57	32 183,49
		26 973,23	45 444,09
<b>Total do passivo</b>		26 973,23	45 444,09
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		26 546,76	27 212,03

A Direcção

O responsável



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	6	22 638,75	19 143,19
Subsídios, doações e legados à exploração	7 e 10.9	161 731,04	150 992,99
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-3 807,36	-3 358,77
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-12 334,69	-23 307,89
Gastos com o pessoal	8	-136 699,45	-134 664,40
Outros rendimentos	10.12	4 517,19	0,00
Outros gastos	10.11	-18 186,56	-6 768,52
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>17 858,92</b>	<b>2 036,60</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-53,33	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>17 805,59</b>	<b>2 036,60</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>17 805,59</b>	<b>2 036,60</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>17 805,59</b>	<b>2 036,60</b>

A Direcção

O responsável

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

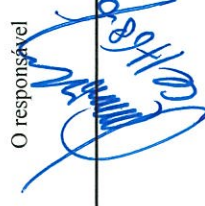
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Centro de Convívio	Movimento Paranhos Zero Desperdício	PERÍODOS	
					2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	22 638,75	0,00	0,00	22 638,75	19 143,19
Custo das vendas e dos serviços prestados	5 e 7	-122 697,27	-17 809,54	0,00	-140 506,81	-138 023,17
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-100 058,52</b>	<b>-17 809,54</b>	<b>0,00</b>	<b>-117 868,06</b>	<b>-118 879,98</b>
ISS, IP - Centro Distrital	10.9 e 7	99 421,44	38 779,20	0,00	138 200,64	135 354,72
Outros Rendimentos	10.9 e 10.12	5 772,97	4 517,19	17 757,43	28 047,59	15 638,27
Gastos administrativos	10.10 e 4	-10 095,81	-2 292,21	0,00	-12 388,02	-23 307,89
Outros Gastos	10.11	-390,73	-38,40	-17 757,43	-18 186,56	-6 768,52
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-5 350,65</b>	<b>23 156,24</b>	<b>0,00</b>	<b>17 805,59</b>	<b>2 036,60</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-5 350,65</b>	<b>23 156,24</b>	<b>0,00</b>	<b>17 805,59</b>	<b>2 036,60</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-5 350,65</b>	<b>23 156,24</b>	<b>0,00</b>	<b>17 805,59</b>	<b>2 036,60</b>

A Direção

O responsável



**ADARSOL-ASSOC. PARA DESENV. ATIV. RELAC. SOLIDARIEDADE**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		22 638,75	19 123,19
Pagamentos a fornecedores		37 398,92	18 475,07
Pagamentos ao pessoal		99 797,78	80 137,08
Caixa gerada pelas operações		-114 557,95	-79 488,96
Outros recebimentos/pagamentos		111 709,09	100 303,25
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-2 848,86	20 814,29
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		772,97	502,83
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		772,97	502,83
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		-2 075,89	21 317,12
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
		23 778,46	2 461,34
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
		21 702,57	23 778,46

A Direcção

O Responsável

**ADARSOL – Associação para o  
Desenvolvimento de Atividades  
Relacionadas com a Solidariedade**

**Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	10
5	Inventários .....	10
6	Rédito .....	11
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	11
8	Benefícios dos empregados .....	11
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
10	Outras Informações .....	12
10.1	Investimentos Financeiros .....	12
10.2	Outros ativos correntes .....	12
10.3	Diferimentos .....	12
10.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	13
10.5	Fundos Patrimoniais .....	13
10.6	Fornecedores .....	13
10.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	13
10.8	Outros passivos correntes .....	14
10.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	14
10.10	Fornecimentos e serviços externos .....	14
10.11	Outros gastos .....	15
10.12	Outros rendimentos.....	15
10.13	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	15
10.14	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	15
10.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

## **1 Identificação da Entidade**

A Associação ADARSOL – Associação para o Desenvolvimento de Atividades Relacionadas com a Solidariedade, instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº302 de 28 de Dezembro de 2004.

Tem sede na Rua de S. Veríssimo nº 139 - Paranhos, na cidade do Porto.

Tem como principais fins:

- O apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- O apoio às pessoas idosas

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

## **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



**3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

**3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

**3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

**3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

**3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

**3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

**3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

**3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

**3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

**3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

### 3.2.2 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo

montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

### **3.2.3 Inventários**

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### **3.2.4 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do

período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.5 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Equipamento Básico	3 554,36	319,99			3 874,35
Equipamento Administrativo	898,00				898,00
<b>Activo Tangível Bruto</b>	<b>4 452,36</b>	<b>319,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 772,35</b>
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	3 554,36	53,33			3 607,69
Equipamento Administrativo	898,00				898,00
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>4 452,36</b>	<b>53,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 505,69</b>
<b>Activo Tangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>266,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>266,66</b>

## 5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	84,06	60,53
<b>Total</b>	<b>84,06</b>	<b>60,53</b>

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2017	2016
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	60,53	73,14
Compras	3 830,89	3 346,16
Saldo Final	84,06	60,53
<b>Gastos do Período</b>	<b>3 807,36</b>	<b>3 358,77</b>

## 6 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas do Utilizadores	22 476,25	19 083,19
Quotas e Jóias	162,50	60,00
<b>Total</b>	<b>22 638,75</b>	<b>19 143,19</b>

## 7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017				2016		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			138 200,64			135 354,72
Junta Freguesia de Paranhos	Não Reembolsável			5 000,00			9 000,00
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>143 200,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>144 354,72</b>

## 8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é de 14 elementos. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2017 e 2016.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2017 e de 2016 foi de 10.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	112 697,36	110 756,66
Encargos sobre as Remunerações	23 069,37	22 470,43
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	845,72	973,21
Outros Gastos com o Pessoal	87,00	464,10
<b>Total</b>	<b>136 699,45</b>	<b>134 664,40</b>



## 9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A instituição tem em mora o pagamento dos fundos de compensação.

## 10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
<b>Outros investimentos Financeiros</b>		
FCT	1287,10	922,30
<b>Total</b>	<b>1 287,10</b>	<b>922,30</b>

### 10.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
<b>Fornecedores</b>	<b>363,96</b>	<b>71,40</b>
Adiantamentos a fornecedores	363,96	71,40
<b>Pessoal</b>	<b>1 436,66</b>	<b>982,00</b>
Remunerações a pagar	1 436,66	982,00
<b>Outra Contas a Receber</b>	<b>1 178,34</b>	<b>1 178,34</b>
Outros credores	1 178,34	1 178,34
<b>Total</b>	<b>2 978,96</b>	<b>2 231,74</b>

### 10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	167,41	159,00
<b>Total</b>	<b>167,41</b>	<b>159,00</b>

#### 10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	206,30	121,90
Depósitos à Ordem	21 496,27	23 656,56
<b>Total</b>	<b>21 702,57</b>	<b>23 778,46</b>

#### 10.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	22 834,83			22 834,83
Resultados Transitados	-43 103,49	2 036,60		-41 066,89
<b>Total</b>	<b>-20 268,66</b>	<b>2 036,60</b>	<b>0,00</b>	<b>-18 232,06</b>

#### 10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Fornecedores c/c</b>		
Fornecedores	2 001,94	4 231,95
<b>Total</b>	<b>2 001,94</b>	<b>4 231,95</b>

#### 10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Retenções na Fonte - IRS	1 081,69	1 621,00
Segurança Social	4 011,10	6 599,50
FCT e FGCT	1 281,93	808,15
<b>Total</b>	<b>6 374,72</b>	<b>9 028,65</b>

**10.8 Outros passivos correntes**

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		345,31		7 257,44
Credores por Acréscimo de Gastos		<b>18 251,26</b>		<b>17 979,63</b>
Remunerações a Liquidar		18 043,65		17 815,78
Outras despesas diferidas		207,61		163,85
Outros Credores		<b>0,00</b>		<b>6 946,42</b>
Junta de Freguesia de Paranhos		0,00		6 946,42
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>18 596,57</b>	<b>0,00</b>	<b>32 183,49</b>

**10.9 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e Outros	143 200,64	144 354,72
Doações e heranças	18 530,40	6 638,27
<b>Total</b>	<b>161 731,04</b>	<b>150 992,99</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

**10.10 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	4 853,46	3 662,02
Materiais	711,54	646,71
Energia e fluídos	2 648,87	3 130,27
Deslocações, estadas e transportes	7,20	0,00
Serviços diversos	3 944,43	15 817,09
Encargos com Utentes	169,19	51,80
<b>Total</b>	<b>12 334,69</b>	<b>23 307,89</b>

**10.11 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1,30	108,91
Outros	427,83	524,17
Gastos com apoios financeiros concedidos	17 757,43	6 135,44
<b>Total</b>	<b>18 186,56</b>	<b>6 768,52</b>

**10.12 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Outros Rendimentos</b>		
Outros	4 517,19	0,00
<b>Total</b>	<b>4 517,19</b>	<b>0,00</b>

**10.13 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Quotas	60,00	60,00
<b>Total</b>	<b>60,00</b>	<b>60,00</b>

**10.14 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2017, foi o seguinte:

- Creche: 32
- Centro de Convívio: 60
- Movimento Paranhos Zero Desperdício: 40 famílias

### 10.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção

